



5276 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Temas, programas e direitos: compreendendo as demandas educacionais dos jovens rurais nas Conferências Nacionais de Juventude Severine Carmem Macedo - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Temas, programas e direitos: compreendendo as demandas educacionais dos jovens rurais nas Conferências Nacionais de Juventude

O estudo buscou compreender e discutir as demandas educacionais da juventude rural formuladas nas três Conferências Nacionais de Políticas de Juventude (CNPPJs), realizadas nos anos de 2008, 2011 e 2015. As demandas foram conhecidas e organizadas com base em relatórios elaborados no processo de realização das Conferências, sendo classificadas a partir das seguintes categorias de análise: demandas de distribuição, de reconhecimento e de participação. Entre os jovens rurais organizados, reconhecidos como sujeitos de direitos, aparece com destaque demandas pela intersetorialidade da educação com outras políticas públicas, acesso e ampliação da escolarização, infraestrutura educacional, legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais, formação do corpo docente, financiamento, currículo e gestão democrática. Neste trabalho, trago a análise das demandas que dizem respeito a intersetorialidade, o acesso a programas e a relação das demandas com os sentidos da educação do campo.

Palavras chaves: juventude rural; sujeitos de direitos; educação do campo; demandas educacionais; conferências nacionais de juventude.

1. Introdução:

A pesquisa teve como objetivo conhecer, analisar e discutir o conjunto de demandas da juventude rural organizada, como sujeitos de direitos enfocando, particularmente, as que remetem à educação e a educação do campo nos espaços institucionalizados de participação social da Política Nacional de Juventude (PNJ).

Como recorte empírico e metodológico de investigação, me propus a identificar e analisar tais demandas, aprovadas e transformadas em resoluções na 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais de Juventude (CNPPJ). Em relação a estas três etapas, foram pesquisados relatórios e resoluções, e as pesquisas sobre perfil dos participantes. Como apoio para análise, foram utilizados dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil^[1] e as formulações dos participantes do I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas^[2] (SNPPJR), registrados no relatório final do evento e no Filme Pé no Formigueiro^[3], de Beto Novaes.

Os sujeitos desta pesquisa, portanto, são jovens rurais que se apresentam no espaço público como demandantes de políticas públicas educacionais e de educação do campo.

As CNPPJ, retratam um processo que mobilizou em torno de 1.5 milhões de jovens por Políticas Públicas. Em 2008, com o lema "Levante Sua Bandeira", a 1ª CNPPJ apontou 22 prioridades e 77 resoluções. Em 2011, com o lema "Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil", a 2ª CNPPJ, produziu 26 resoluções sobre as políticas públicas de juventude e um documento intitulado "Para Desenvolver o Brasil" com proposições mais gerais sobre juventude, políticas públicas e o desenvolvimento nacional. Em 2015, com o lema "As várias formas de mudar o Brasil", a terceira Conferência realizada apresentou 99 resoluções. A realização destas Conferências, fez parte do contexto de crescimento da agenda de juventude na arena política, nas legislações, nas políticas públicas e nas organizações sociais e contribuiu centralmente para a elaboração das bases da PNJ ao longo do ciclo estudado (2005 a 2015). Elas contribuíram ainda para o enfoque da atuação do estado brasileiro sobre a juventude, ultrapassando a visão de jovem como problema social ou como mera etapa de transição para a vida adulta, para sujeitos de direitos e sujeitos políticos, como demonstrou Ribeiro et al (2018).

Nesse cenário, a participação de grupos juvenis foi fundamental para vocalizar um conjunto de demandas que até então estavam ocultas no espaço público que conforma a sociedade brasileira. Talvez esse tenha sido o grande legado desse ciclo, a assunção de questões que, direta ou indiretamente, material ou simbolicamente, emergiram no cenário público, criando alterações e deslocamentos que permitiram a entrada na agenda pública de novas realidades, questões, coletivos e blocos sociais no país, impactando a representação da juventude no imaginário social. Ribeiro et al. 2018, p. 4.

Coordenadas pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), as Conferências foram segundo Peregrino et al (2018) encaminhadas para materializar o ideal de gestão participativa, construído, em 2005, à época da implementação de uma Política Nacional de Juventude. Em que pese as dificuldades dos governos em conseguirem assimilar e realizar as resoluções propostas pelas Conferências, elas tiveram centralidade ao contribuir para que as demandas vocalizadas pelos "novos sujeitos jovens" criassem possibilidades de uma migração de questões que estavam circunscritas a um "estado de coisas" (Rua, 1988) para serem debatidas nas disputadas agendas públicas, Ribeiro et al (2018).

Uma vez que as políticas públicas são respostas, não ocorrerão a menos que haja uma provocação. Em linguagem mais especializada, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são "estados de coisas": situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. Rua, 1998, p. 732.

A atuação da juventude rural na arena das políticas públicas caminhou justamente no sentido de ultrapassar o "estado de coisas", pois em se tratando de uma população que representa 27% da população rural e 8 milhões dentre os mais de 50 milhões de jovens brasileiros, conseguiram com um processo crescente de organização nos espaços internos aos movimentos e nos espaços institucionalizados de participação social, se destacar tendo suas demandas garantidas entre as mais votadas das três edições das CNPPJ.

Suporte teórico:

Para esta análise, utilizarei um modelo de classificação de políticas públicas de juventude proposta por Novaes (2007), pois apesar do conjunto de enfoques possíveis para analisar políticas públicas, o desenho proposto pela autora é o que mais se aproxima das necessidades desta pesquisa, pois constrói uma categorização para analisar demandas à luz das especificidades juvenis. Para a autora, estas, podem ser agrupadas em torno de demandas de distribuição, de reconhecimento e de participação. Traduzindo a formulação da autora para compreender as demandas singulares dos jovens rurais, utilizei o seguinte recorte de classificação: **Demandas de distribuição:** aquelas que traduzem as demandas por direitos historicamente negados, que explicitam o histórico de ausências e necessidades no espaço rural e materializam as desigualdades sociais e de acesso a um leque de políticas públicas e serviços. **Demandas de reconhecimento:** dizem respeito aquelas que nomeiam a diversidade dos jovens rurais e chamam atenção para as várias identidades que compõe internamente esta categoria, tem a ver com o reconhecimento das identidades sociais e territoriais destes jovens. **Demandas de participação:** são aquelas que identificam os jovens e/ou suas comunidades rurais, como atuentes para a formulação, acompanhamento e controle social das políticas públicas.

Além de classificar o conjunto de demandas mapeadas, propus uma subcategorização, como forma de identificar com maior detalhamento, os leques de políticas e direitos demandados pelos jovens rurais. No entanto, vale enfatizar, que o exercício de classificação/categorização, foi por predominância de temas, pois a maioria esmagadora das resoluções contém inúmeras demandas em uma mesma redação^[4]. Este esforço não esgota, portanto, as possibilidades de análise, mas serve para indicar pistas para entender as "questões" dos jovens rurais em relação a educação e educação do campo.

Como subcategorias das políticas educacionais, agrupei as demandas a partir de questões referentes à/ao: a) acesso e ampliação da escolarização; b) grade curricular; c) legislação, normas e aspectos operacionais; d) formação do corpo docente; e) gestão democrática; f) infraestrutura educacional; g) financiamento; h) intersetorialidade da educação com outras políticas públicas.

1. Juventude rural e educação do campo:

A juventude rural, faz parte do contexto de diversidade do campo brasileiro, assim como é marcada pela diversidade da juventude brasileira, estas são questões que se entrecruzam e o termo que vem sendo a mais tempo disseminado e constituindo uma categoria aglutinadora entre estes jovens tem sido a definição de jovens rurais. Segundo Castro, a categoria juventude rural, se forjou num processo de aproximação e articulação de uma grande diversidade de jovens, pode-se afirmar que foi uma categoria útil como forma de enfrentar a invisibilidade do debate no início dos anos 2000. [...] não sendo uma categoria identitária, trata-se de uma categoria que pode ter superado distanciamentos e fragmentações presentes entre movimentos sociais e realidades regionais. Mas também pode ter contribuído para aglutinar os mais invisíveis dentre os invisíveis. Castro, 2015, p.281.

No processo de constituição da PNJ, a juventude rural foi se fortalecendo enquanto categoria social e política e também a influenciando. Esta parcela da população representa segundo o IBGE (censo 2010), 7.807.627 dos 51.077.623 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos.

nos últimos 15 anos a juventude passou de uma categoria social e analítica a uma categoria também política. Nesse processo configuram-se dois campos no sentido bourdiano, o campo de juventude, construído identitariamente com a conformação de categorias de políticas de juventude que são formas de a juventude se representar politicamente; e o campo das políticas públicas de juventude, em que essas representações disputam o entendimento sobre juventude e sobre os recursos e desenhos de políticas públicas, com gestores e acadêmicos. Esses campos se construíram de forma dialógica. Castro, 2015, p. 281.

As permanentes mudanças no campo brasileiro, a circulação territorial cada vez mais facilitada, o acesso as tecnologias, os avanços na elaboração dentro do campo da juventude e das políticas públicas de juventude também tem contribuído para que os jovens rurais imprimam sua auto identificação, pois são múltiplas identidades sociais e políticas e segundo Castro (2015), múltiplas vivências e pertencimentos.

A definição da conceituação da juventude rural ou do campo, como categoria social e política, ainda está em construção e possui várias vertentes, sendo necessário a continuidade da elaboração e investigação sobre o tema. Por isso pretendo utilizar na minha pesquisa, o termo juventude rural, pois, apesar das contradições inerentes, foi a que de alguma maneira unificou essa diversidade no âmbito das políticas públicas.

No entanto, tentar unificar um entendimento acerca da categoria juventude rural não deve ser sinônimo de homogeneização, pois a diversidade de identidades, e formas de inserção laboral, demandas e necessidades destes jovens são variadas e complexas, por isso nos interessa identificar em que medida há pautas diferentes e pautas unificadoras nos espaços institucionalizados de participação social em torno da educação do campo e a que questões elas remetem.

O intenso processo de organização destes jovens no seio de suas organizações e movimentos sociais; a ampliação do escopo da produção acadêmica e a abertura da possibilidade de construção das políticas públicas de juventude^[5], com reconhecimento da sua diversidade e singularidades, contribuiu para que a juventude rural não passe mais despercebida e comece a pautar com mais ênfase a agenda das políticas públicas de juventude e as políticas agrícolas e não agrícolas para o campo.

Não por acaso, o fortalecimento da “juventude rural” enquanto sujeito foi se dando concomitante ao fortalecimento das Políticas Públicas de Juventude no país. Este processo de organização contribuiu para em certa medida, uma ressignificada positividade da juventude rural, ao demarcar na agenda pública a luta por direitos deste segmento enquanto sujeitos de direitos, que se deslocam das políticas gerais focalizadas nas famílias e nas unidades produtivas, para reivindicar suas especificidades, suas demandas por autonomia e o direito a construção das próprias trajetórias, pois as políticas universalistas nem sempre atingem determinados segmentos, como é o caso dessa parcela da população rural. Como veremos a posteriori, esse deslocamento não é sinônimo de separação ou desconexão das demandas estruturantes para o conjunto do campo, mas jogam luz sobre as especificidades juvenis no rural.

• O contexto da educação brasileira, os sentidos e a trajetória da educação do campo.

Apesar da constituição de 1988, em seu artigo 206 estabelecer o princípio da igualdade das condições de acesso e permanência na escola para todos, e em que pesem os avanços na ampliação do acesso à educação nos últimos anos, o campo brasileiro continua com forte defasagem em relação ao acesso à educação.

Dados da PNAD (2014) apontam que enquanto a escolaridade média da população urbana de 25 anos ou mais no Brasil é de 8,2 anos de estudo, a da rural é de apenas 4,4 anos. Ao observarmos especificamente a média de escolarização dos jovens de 18 a 28 anos observamos avanços significativos, ainda assim em 2013 tínhamos a manutenção da defasagem com 10,2 anos de estudo para os jovens urbanos e 7,9 anos de estudo para os jovens rurais.

O censo escolar da educação básica mostra um decréscimo no número de escolas e de matrículas na área rural e um crescimento na área urbana entre 2003 e 2013. No ano de 2003, o censo registrou 103.328 escolas rurais e 7,9 milhões de matrículas; já em 2013, foram registradas 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, representando uma redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas.

Sobre ensino médio, o censo da educação básica 2017 também aponta diminuição do número de matrículas, são ao todo 7,9 milhões de matrículas nesta modalidade no país, sendo 7.571.03 no urbano (ou 95,5%) e apenas 359.353 mil (ou 4,5%) das matrículas do ensino médio localizadas em escolas da zona rural. Segundo o INEP 89,7% das escolas de ensino médio estão na zona urbana e 10,3% na zona rural, configurando a menor participação da zona rural em toda educação básica.

Segundo o IBGE em sua síntese de indicadores sociais, o analfabetismo no campo é o dobro do identificado no meio urbano. O Censo Agropecuário 2017 aponta nos seus dados preliminares, que 79,1% dos agricultores entrevistados tinham instrução até o ensino fundamental. Do total 15,5% declararam que nunca frequentaram a escola; 29,7% não passaram do nível de alfabetização. Além disso, 1.163.354 agricultores (23,05%) declararam não saber ler e escrever e apenas 0,29% dos produtores (14.449) frequentaram mestrado ou doutorado, enquanto outros 5,58% (281.606) cursaram ensino superior.

Os dados mencionados explicitam a persistência das desigualdades de acesso à educação para as populações do campo em relação as da cidade. Isso fica ainda mais evidente no acesso ao ensino médio e ao ensino superior, bem como pela manutenção do analfabetismo no campo acima da média nacional.

Neste contexto, os limites em torno do acesso e da qualidade da educação ofertada no campo aparecem como um limitador da permanência dos jovens no espaço rural, seja pelo fato da migração para acessar a escola ou pelo descolamento das escolas do meio rural da própria realidade local.

O baixo investimento em educação para este segmento - refletido nos dados mencionados acima - a precariedade da estrutura e da qualidade da educação oferecida, bem como a lógica de implementação desta, de cima para baixo, descontextualizada da realidade, contribuiu para o questionamento ao longo dos anos sobre a “educação rural” e o papel da escola neste espaço.

Como alternativa os movimentos sociais e organizações do campo começaram a desenvolver suas próprias estratégias de educação, inicialmente a partir do viés da educação popular e a partir de meados dos anos 1990, a partir do conceito de educação do campo, ambas com origem na Pedagogia de Paulo Freire^[6].

As elaborações da teoria e das práticas da educação do campo tiveram forte impulso na Pedagogia da Terra^[7] e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA^[8] e nas experiências desenvolvidas pelas demais organizações do campo. Roseli Caldart recupera o processo histórico de construção da educação do campo,

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. Caldart. 2007, p. 71.

A autora reforça mais uma vez a ampla visão da educação do campo. Ela destaca que está se referindo a uma política que não se reduz à política pública, mas que inclui/precisa incluir políticas de acesso à educação pública para o conjunto dos camponeses, para o conjunto das famílias trabalhadoras do campo, Caldart (2007). Portanto a educação do campo se coloca na escola e também para além da escolarização. Ela se posiciona dentro de uma visão de projeto de campo e de país.

A materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais

do campo. Por isso, ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça, inclusive na escola. Caldart, 2002, p. 81.

Segundo Caldart (2012) a elaboração da agenda da educação do campo de maneira mais estruturada e conceituada remonta a década de 1990 e é impulsionada a partir dos anos 2000.

Em 1998, foi criada a "Articulação Nacional por uma Educação do Campo"^[9], entidade composta por inúmeras organizações e movimentos sociais e sindicais, que passou elaborar e promover ações conjuntas em defesa da escolarização dos povos do campo em nível nacional e contribuiu centralmente para as formulações em torno do tema.

A "Declaração por uma Educação do Campo" (2002) traz o seguinte sentido ao que é educação do campo.

Quando dizemos por uma educação do campo, estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito a educação e a escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada a história e a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não mero apêndice da escola pensada na cidade. Caldart, 2002, p.13.

A partir do crescimento da pauta de dentro pra fora - ou seja, dos movimentos sociais para o estado e governos - e dos seus desdobramentos nos últimos 20 anos, apesar da persistência de alguns indicadores houve também uma série de avanços registrados. Um deles diz respeito a legislação e marcos legais normativos para a educação do campo^[10].

No entanto, chama atenção para o desafio que é a materialidade destes marcos normativos em políticas públicas, devido a persistência dos indicadores de desigualdades educacionais no campo, expondo a urgente necessidade da adoção de políticas afirmativas para o enfrentamento destas privações, em função das variadas consequências que geram ao negar o desenvolvimento amplo e integral não só desses indivíduos, mas também das comunidades rurais às quais pertencem, Molina (2012).

Não atoa a educação do campo aparece dentre as maiores reivindicações dos jovens rurais presentes nas CNPPJ. Abaixo veremos o resultado da pesquisa, e o que estas reivindicações/demandas, traduzidas em resoluções nas Conferências, podem estar nos indicando.

1. As Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude

As três etapas das CNPPJ, aprovaram um total de 202 resoluções, das quais, pode-se identificar 42 que se referem à juventude rural. Dentre estas, 21 estão relacionadas à educação e à educação do campo indicando a necessidade de se considerar tanto o reconhecimento de especificidades dos jovens no meio rural quanto de sua participação nos processos educativos.

Entre as 21 demandas identificadas, 15 remetem - ao mesmo tempo - a questões de reconhecimento e de distribuição; 4 remetem à necessidade de combinar reconhecimento, distribuição e participação para atender as demandas educacionais dos jovens rurais e, por fim 2 enfatizam a melhor distribuição de recursos públicos para garantir o direito à educação dos jovens rurais. Quando comparamos as três Conferências, podemos também verificar, o quanto as questões de distribuição estão associadas a processos de reconhecimento e participação.

Chama a atenção o fato das demandas de distribuição se somarem - majoritariamente - às demandas de reconhecimento. As de distribuição, versam sobre dívidas sociais acumuladas, são as que dialogam com a superação das desigualdades que impactam o rural e ao mesmo tempo vem imbricadas com o reconhecimento dos sujeitos de direitos jovens rurais e o fortalecimento da sua diversidade, seja ela de identidades ou dos seus territórios.

Neste sentido, é possível afirmar que as políticas públicas e os seus espaços de formulação, como as Conferências, podem ser fatores de fortalecimento das identidades (e vice versa), na medida em que constitui processos, exige formulação conjunta, engajamento, acordos, pressão, luta, mobilização e cria reais alternativas de fortalecimento das demandas dos jovens rurais.

Já na subcategorização das demandas, 15 são de intersetorialidade, 10 versam sobre acesso e ampliação da escolaridade, 9 sobre legislação e aspectos operacionais das políticas educacionais, 9 sobre infraestrutura, 6 sobre financiamento, 6 sobre formação docente, 5 sobre currículo e 2 sobre gestão democrática. No item abaixo, trago a análise das demandas que dizem respeito a intersetorialidade, o acesso a programas e a relação das demandas com os sentidos da educação do campo.

4. Os temas e os Programas: possibilidades e limites para a educação no campo.

Na análise foi possível perceber, que a partir da 2ª Conferência Nacional, os jovens começam a nomear programas e políticas específicas de distribuição e reconhecimento. Na etapa mencionada as demandas eram voltadas aos programas de alfabetização e elevação de escolaridade. Já na 3ª CNPPJ os jovens rurais reivindicaram, também, a implementação adequada e ampliação de programas que já existiam.

Ao apontarem instrumentos adequados para execução destas políticas, estão demandando políticas de reconhecimento, e sinalizam também para a necessidade de maior efetividade das políticas públicas. Para Ribeiro et al (2018) o maior problema deste ciclo de políticas públicas não esteve na sua formulação, mas na sua operacionalização.

A partir de um conjunto de diagnósticos e pesquisas, podemos inferir que, nesse ciclo, o maior problema não esteve na formulação das políticas de juventude, mas sim na sua operacionalização. Um exemplo seria a dificuldade de efetivação do papel indutor de processos participativos e orgânicos nos níveis federal, estadual e municipal. Sem novos canais de participação, não há como implantar, monitorar e avaliar projetos e ações voltados para a juventude. Além disso, uma grande dificuldade foi a real incorporação das políticas de juventude nos diferentes Ministérios, que não têm uma tradição em debater temas específicos, dificultando a transversalidade e a intersetorialidade das demandas e necessidades juvenis. Ribeiro et al, 2018, p. 123 e 124

Portanto, apesar dos avanços na construção de espaços de participação, a PNJ encontrou dificuldades em ampliar sua escala de atuação em especial no que tange a juventude rural. Parte dessas dificuldades advinha do fato de que a própria pauta "políticas de juventude" estava em processo de consolidação na sociedade e no governo. Ou seja, lutava por disputar recursos no orçamento federal, ao mesmo tempo em que despedia esforços para consolidar seu reconhecimento político no âmbito do Governo.

Outra frente de atuação chave para a efetividade das demandas apresentadas, era a relação com estados e municípios, e a necessidade permanente de convencimento a respeito da centralidade dos temas da juventude. Um dos pontos chave relativos ao desenho das políticas públicas diz respeito à integração das ações nos seus territórios de origem. A própria estrutura do Estado dificulta esta integração, na medida em que é organizada em "caixinhas" temáticas (como saúde, educação, cultura), que têm dificuldade de dialogar entre si. Contudo, sabemos que os problemas cotidianos da juventude e da juventude rural - e do restante da população - nada tem a ver com esta divisão setorial e exigem atenção integral e integrada das diversas áreas do governo. A integração das políticas deve abarcar também o componente federativo. Ou seja, é preciso que o governo federal, os estados e os municípios canalizem esforços de forma conjunta e articulada para a criação de oportunidades e para a promoção do desenvolvimento integral e dos direitos da juventude.

Apesar dos limites apontados e em geral, do baixo nível de conhecimento dos jovens brasileiros sobre as políticas públicas, dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil, sinalizam que 44% dos jovens entrevistados conheciam uma ou mais políticas públicas de juventude. Ao citar o nome dos programas de maior conhecimento, a maior parte dos entrevistados mencionou programas na área da educação. Por ordem decrescente de menção: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; Programa Universidade Para Todos (Prouni); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Programa de Financiamento Estudantil (FIES); Educação e Jovens e Adultos e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec); e Programas Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego. A percepção da maior parte dos entrevistados é de que as políticas de juventude são relevantes, tidas como "muito importantes" para 54% dos jovens e "mais ou menos importantes" para 29% deles.

Os resultados refletem o reconhecimento dos esforços empreendidos para ampliação do acesso à educação por meio do PROJÓVEM, da expansão da rede de universidades, do PROUNI, do FIES, da ampliação da rede de institutos federais e PRONATEC e corroboram a nomeação dos programas e políticas de distribuição e reconhecimento indicados pelos jovens rurais nas três CNPPJ.

Ao mesmo tempo que os programas e políticas educacionais ganham centralidade crescente nas demandas da juventude rural presente nos espaços de participação a partir da 2ª CNPPJ, o tema da intersetorialidade foi ganhando grande destaque juntamente com as demandas educacionais de distribuição, reconhecimento e participação, expressas com ainda mais ênfase na 3ª CNPPJ.

Relacionando os dois temas podemos afirmar que há valorização da educação por parte da juventude rural, ao mesmo tempo, que os jovens organizados percebem que a educação sozinha não pode ter um papel de resolução total dos desafios vivenciados no campo brasileiro. Estes desafios, evidenciados nas demandas transformadas em resoluções nas CNPPJs, também foram percebidos na Pesquisa Agenda Juventude Brasil.

Persistem desafios que distanciam viver a juventude no campo de vivê-la na cidade. Sabemos que ainda há distâncias importantes entre o campo e a cidade. A conexão digital, a mobilidade, o acesso ao ensino médio e o acesso a esporte e lazer são sempre lembrados pelos jovens e pelas jovens como distâncias importantes entre o campo e a cidade no Brasil. Sem dúvida, a diferença de acesso à escolarização e à renda são fatores importantes para a percepção dessa juventude sobre sua vida e para o real acesso a oportunidades. Castro, 2015, p. 67

Sem dúvida, o fato de a maioria das demandas aliar educação a outras políticas públicas expressa uma visão integrada que extrapola as formulações tradicionais de políticas educacionais. Se abrirmos as resoluções das três Conferências, veremos que estas demandas agrupadas como “intersectoriais”, relacionam a educação com: lazer, cultura, esporte, inclusão digital, comunicação, mobilidade, saúde, com trabalho e renda, regulamentação de profissões vinculadas a agroecologia, transporte e mobilidade.

Ou seja, no âmbito das demandas de intersectorialidade, longe da visão salvacionista da educação, os jovens rurais estão indicando a sua centralidade ao tempo que ela deve estar aliada a um conjunto de direitos.

Pensar, portanto, os jovens rurais como sujeitos de direitos, só é possível assegurando políticas que promovam a sua integralidade e que repensem o próprio espaço rural. O que os jovens estão indicando, é a demanda por uma educação que não se descola do trabalho e da renda, da qualidade de vida e da mobilidade. Neste sentido, Ribeiro et al (2018), destaca que um aspecto relevante é a percepção de que as questões da juventude estão intimamente conectadas e são intrinsecamente interdisciplinares.

Tal afirmação é clara, quando se observa a complexa convergência de demandas e agendas contemporâneas — educação, trabalho, cultura, comunicação e informação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento, vida segura, participação, direitos humanos entre outras—, e o desafio de integrá-las no cotidiano da gestão pública, de forma original, escapando de práticas recursivas que apenas reúnem diferentes áreas em superados modelos setoriais. Em especial, se considerarmos que tal superação está relacionada com mudanças expressivas em nossa sociedade, quando um conjunto de demandas sociais e políticas, trazidas por segmentos populacionais que conquistam visibilidade na esfera pública, passa a organizar suas demandas ao poder público, que deve traduzi-las em ações governamentais. Ribeiro et al, 2018, p. 122 e 123.

Um outro ponto central apontado pelos jovens rurais, a luz na análise das demandas, é o da superação da falsa dicotomia entre políticas estruturantes x específicas. A profunda crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista implementado no campo brasileiro, que se traduz na concentração de terra e de renda e reproduz desigualdades sociais, econômicas, ambientais e educacionais é permanentemente conjugada com as singularidades destes jovens. Isto foi evidenciado na maioria das demandas aprovadas de distribuição e reconhecimento, propondo acesso à terra, reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas e geração de trabalho e renda, a partir de um modelo de desenvolvimento sustentável, da agroecologia e da pluriatividade.

As demandas por educação e educação do campo, aparecem nesse contexto e continuam o questionamento ao atual modelo de desenvolvimento, ao tempo que não deixa de enfatizar a pluriatividade e a reafirmação do espaço rural como espaço de vida, produção de cultura e conhecimento, para além de espaço de produção. Neste sentido, a educação deixa de ser uma demanda isolada, como “salvadora da pátria” e passa a ser um direito que se conecta e se realiza a partir do conjunto de direitos que garante o “desenvolvimento integral”.

Neste sentido, é possível afirmar, que as demandas de distribuição, reconhecimento e participação apresentadas pelos jovens rurais, requerem “os sentidos da educação do campo”, ao mesmo tempo que chamam atenção para as suas singularidades juvenis e se colocam dentro de um projeto político, de campo e de país, sinalizando que pode ser uma falsa dicotomia apostar que a organização e defesa em torno das suas especificidades se desloca de tal projeto.

Concluindo:

Para finalizar, vale destacar que o crescimento das pautas da educação do campo, da visibilidade da diversidade da juventude rural, suas especificidades e seus direitos, se deu num contexto de expansão da noção de cidadania e de fortalecimento e ampliação de espaços coletivos para a elaboração e disputa de direitos.

Pode-se afirmar que os jovens rurais organizados, hoje, no Brasil, no que se refere as demandas educacionais, têm alavancado significativos espaços nas pautas públicas, apresentando um conjunto potente de demandas que dialogam de forma horizontal com outras representações juvenis.

Analisando o conjunto de demandas da juventude rural, é possível corroborar com Ribeiro et al (2018), quando afirmam que talvez o grande legado desse ciclo tenha sido a assunção de questões que, direta ou indiretamente, material ou simbolicamente, emergiram no cenário público, criando alterações e deslocamentos que permitiram a entrada na agenda pública de novas realidades, questões, coletivos e blocos sociais no país, impactando a representação da juventude no imaginário social, Ribeiro et al (2018).

Nesse contexto, a sociedade brasileira, hoje, vê-se diante de um novo patamar de direitos, exposto pelas demandas juvenis e que trouxe para a espaço público novos temas, novos sujeitos e novas identidades, Ribeiro et al (2018).

O ciclo estudado foi marcado por um período de alargamento da democracia do Estado brasileiro e, conseqüentemente, pela ampliação de políticas sociais, confiou-se que o caminho para a plena cidadania não teria volta, Ribeiro et al (2018),

Contudo, diante dos retrocessos sucedidos nos últimos anos [...], por conta de profunda crise política que passa o Estado brasileiro, presencia-se um conjunto de ameaças, no que se refere as conquistas que criaram suportes para o desenvolvimento integral da juventude brasileira. Vale sinalizar que o momento é de alerta. A arena política, aonde as políticas de juventude vinham sendo disputadas, mudou radicalmente. Considerando que, as características da arena política determinam, em grande parte, a dinâmica da vida política (instituições decisórias vigentes, configuração organizacional dos grupos, valores e/ou prioridades, estratégicas dos atores envolvidos), é hora de tentar entender as mudanças por que passa o país. Ribeiro et al, 2018.

As ameaças as conquistas democráticas se aprofundam ainda mais pós as eleições de 2018, especialmente no que tange os direitos dos trabalhadores e das chamadas minorias políticas. O que será da PNJ neste contexto ainda é uma incógnita, se terá uma quarta Conferência de Juventude e com que conteúdo também permanece em aberto.

Contudo, como o alertou Ribeiro et al (2018), é momento de compreender melhor as mudanças por que passa o país, o papel dos jovens neste contexto, denunciar e resistir aos desmontes nas políticas públicas e os retrocessos nas legislações conquistadas.

Referências bibliográficas:

Antônio C. A. e Lucini, M. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação.** 2007. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>

Bourdieu, Pierre; Chartier Roger. **O sociólogo e o historiador**. 2012. São Paulo/Belo Horizonte. Autêntica.

Caldart, Roseli S. **Pedagogia da Terra: formação de identidade e identidade de formação**. In: Cadernos do ITERRA: Pedagogia da Terra. Veranópolis, RS: Coletivo de Coordenação do Setor de Educação do MST; ITERRA, ano II, n. 6, dez. 2002.

_____. Kollig, Edgar; Cerioli, Paulo. **Educação do campo, identidade e políticas públicas**. Brasília DF. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4. 2002.

_____. **Sobre Educação do campo**. In: Por uma educação do campo. Santos, Clarisse (org) 2007, p. 67 a 87. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/por%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20n%C3%BAmer%204%202019.pdf

_____. **Educação do campo**. In: Dicionário da Educação do campo Caldart, Roseli, Pereira; Alentejano; Frigoto, (org). 2012. Rio de Janeiro/São Paulo. Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular. P. 257-265.

Castro, Elisa, G. **Juventude do campo**. In: Dicionário da Educação do campo Caldart, Roseli, Pereira; Alentejano; Frigoto (org). 2012. Rio de Janeiro/São Paulo. Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular. P. 437-445.

Iluminando fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In Pinheiro, Diógenes. et al. (Orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro. Unirio, 2015. p. 61-101.

INEP. **Notas estatísticas, censo escolar da educação básica 2017.** http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017. <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso 20/07/2019.

IBGE. **Censo agropecuário 2017.** Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso, 10/02/2019.

Molina, Monica, C.; **Legislação educacional do campo.** In: Dicionário da Educação do campo Caldart, Roseli, Pereira; Alentejano; Frigoto, (org). 2012. Rio de Janeiro/São Paulo. Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular. P. 451-458.

Novaes, Beto, Pitrez, Maria C. **Pé No Formigueiro.** SNJ e MDA. 2014. Brasília/DF. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YsXCfi3pPQC>. Acesso 27/02/2019.

Novaes, Regina. **Juventude: políticas Públicas, conquistas e controvérsias.** In: Jose Oscar Beozzo e Cecília B. Franco. (Org.). *Juventudes em Foco*. 1ed. São Paulo: Paulus, 2013, v. 1, p. 39-74.

Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial, Ciência e Vida, SP 2007.

Venturi, Gustavo; Ribeiro, Eliane; Pinheiro, Diógenes. **Agenda Juventude Brasil, leituras sobre uma década de mudanças.** UNIRIO, 2015.

Peregrino, Mônica; Pinheiro, Diógenes; Souza, Luiz Carlos. **Engajamento, educação e trabalho Demandas da Juventude no Brasil.** In: Revista de Ciências Sociais. Jovens y políticas públicas em América Latina. vol 31, Núm Ribeiro, Eliane; Macedo, Severine, C. **Notas sobre dez anos de Políticas Públicas de Juventude no Brasil (2005-2015): ciclo, agendas e riscos,** p 107 a 126. In: Revista de Ciências Sociais. Jovens y políticas públicas em América Latina. vol 31, Núm 42. Enero-junio de 2018. Montevideú.

Rua, Maria G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** In: CNPD (org). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília. CNPD 1998. P. 731-749. Volume 2.

SNJ. **Caderno de resoluções da 1ª e 2ª Conferência Nacional de Juventude. 2008.** <http://juventude.gov.br/conferencia/edicoes-anteriores/>. Acesso 27/02/2019.

SNJ. **Resolução final da terceira Conferência Nacional de Juventude. 2015.** <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0017/5777/relatorio-final-3-conferencia.pdf> Acesso 27/02/2019.

SNJ. **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil.** Org. Menezes, Marilda A. Stropasolas, Valmir L. e Barcellos, Sergio B. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1. Brasília, 2014.

[1] A Pesquisa foi realizada pela Secretaria Nacional de Juventude em 20013, por meio do Observatório Participativo da Juventude (Participatório) e desenvolvida pela equipe da SNJ e por um conjunto de consultorias.

[2] O SNPPJR foi realizado em 2012. Promovido pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tinha como objetivo ser um espaço de elaboração de um conjunto de proposições de políticas públicas, de avaliação da PNJ e dos programas e ações realizadas pela SNJ e MDA. Ver Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014).

[3] Filme de registro e reflexão sobre o SNPPJR

[4] Para conhecer as resoluções mencionadas, ver relatório das CNPPJ nas referências bibliográficas.

[5] Ver Castro (2012).

[6] Maciel (2011); Paludo (2001) apud Antonio et al (2007)

[7] Sobre Pedagogia da Terra ver, Roseli Caldart (2002).

[8] Criado em 1998, por pressão do MST logo após o massacre de El Dorado de Carajás, o programa realizado pelo INCRA através de parcerias com Universidades, Institutos Federais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Ver II Pesquisa Nacional Sobre Educação na Reforma Agrária.

[9] Caldart (2012).

[10] Molina (2012).